

Políticas públicas valorizam educação do campo

30/12/2010

Educação

Desde a sua criação em 2003, a Coordenação Estadual da Educação do Campo implementou diversas políticas públicas para atender estudantes que vivem nas áreas do campo do Paraná. Vinculada ao Departamento da Diversidade da Secretaria de Estado da Educação. A rede estadual de ensino possui 100 mil estudantes matriculados em 584 escolas do campo, que incluem unidades em ilhas, acampamentos, quilombos e itinerantes.

A Educação do Campo é uma política pública nacional, que nesta última década se concretizou no Paraná, assim como em todo país. “Protagonizada pelas entidades, movimentos sociais e sindicais do campo, tornou-se uma ação conjunta com o estado para resgatar a dívida histórica em relação aos sujeitos do campo, de terem uma educação de qualidade, vinculada à sua cultura, necessidades humanas, sociais e econômicas”, afirmou o chefe do Departamento de Diversidade, Wagner Roberto do Amaral.

A educação do campo é concebida para além da escola, pois está integrada a um projeto de vida social no campo construído pelas pessoas que vivem na e da terra. “Sob esse ponto de vista a educação escolar é entendida como do e no campo, como direito universal, considerando os níveis e modalidades de ensino, para todos os sujeitos do campo no local em que vivem e trabalham, promovendo a emancipação humana e social”, disse Amaral.

Ele lembrou que existe muito trabalho a ser feito, como garantir que o atendimento educacional às crianças, jovens e adultos do campo aconteça próximo de suas residências. “A tarefa neste momento é garantir a continuidade dessas ações. Para isso, contaremos sempre com a participação do Comitê Estadual da Educação do Campo instituído pela Secretaria em 2010, para propor e avaliar essa política na rede estadual de educação”.

Para o coordenador da Educação do Campo, Vitor de Moraes, o reconhecimento das escolas do campo no Paraná e a existência de uma legislação específica, representam conquistas não só para a Secretaria e para o Departamento, mas para todos que se dedicam à construção de políticas públicas educacionais no estado que se tornaram referência nacional.

O técnico pedagógico da Coordenada da Educação do Campo, Willian Simões, lembrou da participação dos chamados povos tradicionais do Paraná. “A relação com movimentos dos povos tradicionais foi de extrema importância para o fortalecimento da Educação do Campo e contribuiu muito para a formação continuada de professores”, disse.

Para Daniela Carla de Oliveira, coordenadora estadual das escolas itinerantes, o diálogo foi fundamental para a consolidação de políticas públicas. “Isto gerou conquistas, sobretudo, do ponto de vista pedagógico. As práticas e as propostas pedagógicas no interior dos movimentos sociais provocam indagações e permitem olhar de outra forma para os educadores, alunos e para a realidade das escolas do campo”.

Além do atendimento às escolas em locais distantes, a Secretaria fez inúmeras ações como a produção do material didático (Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, Cadernos Temáticos da Educação do Campo), a implementação de projetos políticos pedagógicos específicos como o da Escola Base Colégio Estadual Iraci Salete Strozak e das Escolas das Ilhas do litoral paranaense, e a implantação do programa Projovem Campo Saberes da Terra, entre outros.

O permanente diálogo da gestão Dedi/CEC com movimentos sociais campestres e demais departamentos e diretorias da Secretaria resultou em inúmeros documentos oficiais normativos e instrutivos para toda a rede estadual no que se refere às escolas do campo. Os documentos podem ser acessados no endereço www.diaadia.pr.gov.br/dedi/cec

Conteúdos Relacionados

[Professora do Programa de Desenvolvimento Educacional publica livro sobre experiências de pedagogos](#)